



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002863-72.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Decio Francisco Dall Agnol**
 Requerido: **RODRIGO SERGIO BERTOLINO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DECIO FRANCISCO DALL AGNOL, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de RODRIGO SERGIO BERTOLINO, DIGIT FOMENTO MERCANTIL LTDA, também qualificado, alegando ter firmado com o réu *Rodrigo* um contrato de prestação de serviços consistente na pintura de uma residência situada no Residencial Bosque São Carlos, nº 30, pelo valor de R\$ 31.000,00 a ser pago em seis (06) parcelas a vencer entre 20 de junho de 2013 a 20 de novembro de 2013, para os quais emitiu cheques, entregando-os ao réu *Rodrigo*, em seguida ao que houveram por bem rescindir o contrato, pactuando que, mediante pagamento do valor de R\$ 8.000,00 como remuneração pelos serviços até então prestados, o que foi devidamente quitado, os cheques seriam devolvidos pelo réu *Rodrigo*, que não obstante deixou de devolver os cheques nº 000814, *Bradesco*, no valor de R\$ 5.000,00, cheque nº 000833, *Bradesco*, no valor de R\$ 5.000,00, cheque nº 000835, *Bradesco*, no valor de R\$ 5.000,00, cheque nº 000847, *Bradesco*, no valor de R\$ 2.000,00, cheque nº 000848, *Bradesco*, no valor de R\$ 2.000,00, e cheque nº 000849, *Bradesco*, no valor de R\$ 2.800,00, dos quais a ré *Digit* teria apontado a protesto em 03 de março de 2014 o de nº 000833, no valor de R\$ 5.000,00, de modo que requereu a declaração de Inexistência de Débito, e que seja o réu condenado ao pagamento de indenização a pelos danos morais, em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Pelas mesmas razões o autor havia ajuizado ação cautelar preparatória de sustação de protesto, autos nº1001914-48.2014, obtendo a sustação.

A ré *Digit Ltda* contestou o pedido alegando que, nos termos do e.mail que acosta à resposta, em 04 de julho de 2013 o autor foi devidamente notificado da compra do cheque levado a protesto, remetendo resposta confirmando a prestação de serviços que deflagrou a emissão do título em questão, de modo que tomando ciência desta operação, não lhe caberia opor a ela, endossatária, as exceções de natureza pessoal, no caso, o distrato firmado com o réu *Rodrigo*, dado que a origem do título é lícita e o autor não demonstrou vício formal ou tampouco que tenha ela, ré, agido de má-fé, não podendo o Autor esquivar-se ao pagamento do título ou mesmo dizer-se vítima de dano moral, concluindo pela improcedência da ação.

O réu *Rodrigo* não contestou o pedido.

Em réplica, o autor afirmou que quando notificado da cessão do crédito respondeu informando a rescisão do negócio, de modo que não há se falar em relação obrigacional para com a ré *Digit Ltda*.

É o relatório.

Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A revelia do réu *Rodrigo* admite se presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial, a propósito do que regula o art. 319 do Código de Processo Civil, de modo que a afirmada rescisão do contrato de prestação de serviço de pintura da casa do autor, bem como a quitação dos serviços pelo pagamento de R\$ 8.000,00, devem assim ser tidos como verdade.

É preciso verificar, contudo, que “*Os efeitos da revelia (art. 319, CPC) não incidem sobre o direito da parte, mas tão-somente quanto à matéria de fato*” (RSTJ 5/363). “*A revelia somente alcança os fatos e não o direito a que se postula*” (STJ-3ª Turma, REsp. 252.152-MG, rel. Min. Waldemar Zveiter, v.u.)”¹.

Assim é que, em relação à ré *Digit Ltda*, o que se verifica é que, de fato, houve notificação dessa ao autor sobre a compra/cessão do crédito representado pelo cheque apontado a protesto, sendo o texto assim redigido: “*A, atendendo o disposto no art. 290 do Código civil, notifica que os créditos abaixo relacionados e sacados contra V.Sa. foram adquiridos por nossa empresa e na qualidade de cessionária compradora nos termos da legislação pertinente, passa a ser única e legítima proprietária destes. Cheque: 000833 BC: 237 Ag: 3465 Valor: 5.000,00 DATA: 20/09/2013*” (fls. 62).

Esse e-mail data de 04 de julho de 2013 (fls. 61) e a seu respeito o autor limitou-se a responder, na mesma data, “*ok*” (sic., loc. cit.).

Tinha, portanto, o autor, pleno conhecimento da cessão, de modo que ao ver o título apontado a protesto, em 03 de março de 2014 (fls. 20), não poderá se dizer surpreso, de modo algum.

Não se olvida que meses depois, em 30 de novembro de 2013, o autor tenha mesmo remetido à ré *Digit Ltda* informação a respeito do distrato (fls. 19), mas somente o fez como resposta a uma carta de cobrança do valor do cheque que lhe foi remetida pela mesma ré *Digit Ltda*, datada de 30 de outubro de 2013 (vide fls. 18).

Ora, segundo regula o art. 290 do Código Civil, “*a cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita*”.

Esse dispositivo, a propósito da interpretação que lhe dá o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*tem por função essencial proteger o devedor que, não notificado, paga a sua dívida à pessoa errada, ou seja, ao credor anterior, que não é mais o legítimo. Por esta razão, o devedor deve ser avisado que o seu débito, a partir da notificação, deverá ser pago perante um estranho da relação original, cessionário dos créditos*” (cf. Ap. nº 4009278-40.2013.8.26.0506 - 10ª Câmara de Direito Privado TJSP - 23/09/2014²).

Portanto, no caso dos autos, se o autor, na condição de devedor, conhecia a cessão do crédito, ao rescindir o contrato de prestação de serviço com o réu *Rodrigo* e pagar-lhe outros R\$ 8.000,00, ciente de que o crédito representado pelo cheque nº 000833, no valor de R\$ 5.000,00, pertencia à ré *Digit Ltda*, o fez por sua conta e risco, não podendo pretender ver declarado inexigível ou inexistente esse crédito, porquanto à ré *Digit Ltda* não possa opor a exceção de rescisão do contrato, com o devido respeito.

Cabe-lhe considerar que “*por ser título cambiário de feição autônoma, o cheque é uma obrigação de causa abstrata, não se vincula a qualquer obrigação precedente nem se submete a modo, tempo ou condição. Uma vez criado, é exigível, obrigando o emitente e as demais pessoas que com sua assinatura nele intervierem. O emitente, o endossante, o avalista obrigam-se pelo fato de se terem comprometido a criar, transferir ou garantir o papel; pelo motivo único de terem firmado o cheque. É, pois, inútil fazer-se indagação da causa da*

¹ THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 36ª ed., 2004, SP, Saraiva, p. 425, nota 8 ao art. 319.

² www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

obrigação” (cf. J. M. OTHON SIDOU³).

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Rejeitada no mérito esta ação principal, também a ação cautelar deverá ser julgada improcedente, revogando-se a liminar que determinou a sustação do protesto, até porque o fundamento daquela decisão, que foi a falta de notificação do devedor, mostrou-se premissa não verdadeira, conforme acima exposto.

Improcedente aquela cautelar, cumprirá ao autor, que sucumbe, arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor daquela causa, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado; e JULGO IMPROCEDENTE a ação cautelar em apenso, autos nº 1001914-48.2014, em consequência do que CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor daquela causa, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 12 de novembro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

³ J. M. OTHON SIDOU, *Do Cheque*, 3ª ed., 1986, Forense, RJ. n. 5, p. 21.